

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.164.183 - SP (2017/0220480-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **DESTILARIA GRIZZO LTDA**
ADVOGADOS : **ADIRSON DE OLIVEIRA BEBER JÚNIOR E OUTRO(S) -**
SP128515
MARCOS VINÍCIUS COSTA - SP251830
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **VANDERLEY FERREIRA DE LIMA E OUTRO(S) - SP171104**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DESTILARIA GRIZZO LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, que desafia acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. JUROS DE MORA. Determinação de prosseguimento da execução com relação à parte incontroversa. Requerimento de suspensão do processo executório. Parte incontroversa que não foi objeto de recurso. Ausência de grave lesão e prejuízo irreparáveis. Preclusão. Decisão mantida. Recurso improvido.

Nas razões do especial, alega violação dos arts. 1.022 do CPC/2015; 11 da LEF; bem como dissídio jurisprudencial, sustentando as seguintes teses:

a) existência de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista suposta contradição no acórdão recorrido, posto que, a despeito de haver decisão reconhecendo a limitação dos juros de mora ao índice da taxa Selic, o Tribunal rechaçou a necessidade de substituição da CDA;

b) nulidade do prosseguimento da execução fiscal, ainda que em relação à parte incontroversa do título, tendo em vista a sua iliquidez, resultante da decisão proferida em sede de exceção de pré-executividade, que determinou a limitação dos juros moratórios incidentes sobre a dívida ao índice estipulado na taxa Selic.

c) incorreção dos cálculos apresentados pela Fazenda Pública, consubstanciada na deficiência de formação da CDA, resulta na necessidade de substituição do título executivo, o que não ocorrera na espécie.

Contrarrazoado o recurso especial, este não foi admitido em razão da inexistência de violação do art. 1.022 do CPC/2015, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ; fundamentos com os quais não concorda a agravante.

Contraminuta apresentada às e-STJ fls. 353/364.

Passo a decidir.

De início, registro que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

Feita essa consideração, cabe ressaltar que o recurso especial origina-se de agravo de instrumento interposto pela Destilaria Grizzo Ltda. contra decisão interlocutória que, nos autos da execução fiscal movida em seu desfavor pelo Estado de São Paulo, determinou o prosseguimento do feito em relação à parte incontroversa do título.

O TJ/SP negou provimento ao referido agravo. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 257/258):

Cinge-se a controvérsia à possibilidade de suspensão integral do processo executório, sob a alegação de que não há valor líquido a ser cobrado, tendo em vista que o agravo interposto pela exequente não transitou em julgado.

Inicialmente, é importante observar que a não exigibilidade de parte da cobrança determinada na CDA (juros de mora) não acarretaria, por si só, a nulidade da CDA, devendo prosseguir a execução fiscal em relação somente ao que seria exigível, o que pode ser deduzido por mero cálculo aritmético.

Sobre o assunto o C. STJ assim decidiu:

(...)

Dos documentos apresentados, verifica-se que houve interposição pela Fazenda do Estado de São Paulo objetivando manter a cobrança dos juros de mora nos termos da Lei nº 13.918/09.

Descontente com o resultado do referido agravo, a Fazenda Estadual interpôs Recurso Especial e Extraordinário, o que impede o trânsito em julgado da decisão.

Contudo, por não ter havido recurso interposto anteriormente pela ora agravante, sendo evidente que a parte incontroversa transitou em julgado, o que permite a sua imediata cobrança pela exequente.

Mesmo porque, a interposição de recursos aos Tribunais Superiores não tem efeito suspensivo sobre a execução fiscal, que pode prosseguir normalmente.

Ademais, numa análise perfunctória, não está presente o *periculum in mora*, já que o prosseguimento da execução fiscal será apenas com relação ao valor incontroverso que pode ser obtido por simples cálculo aritmético, bem como, não se constata qualquer ilegalidade na decisão atacada.

Os embargos de declaração opostos pela agravante foram rejeitados.

Pois bem.

Não há violação do art. 535 do CPC/1973 (atual art. 1.022 do CPC/2015) quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

Da leitura do excerto do acórdão supracitado, constata-se que o Tribunal de origem foi expresso ao ratificar que o valor incontroverso pelo qual a execução prosseguiu pode ser obtido por simples cálculos aritméticos – o que, por certo, ilide a

alegação de iliquidez do título, e, via de consequência, a necessidade de análise dos cálculos apresentados pela exequente.

A bem da verdade, tem-se que o acolhimento da preliminar de negativa de prestação jurisdicional, que possui lastro na desconsideração, por parte da Corte local, sobre a iliquidez dos cálculos apresentados pela Fazenda Pública, pressupõe, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Nesse mesmo sentido, *vide*: REsp 1.671.669/MS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2017; AgRg no AREsp 278.540/ES, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 15/04/2013; e AgRg no REsp 1.101.656/SP, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 16/11/2009.

Acresço, ainda, que o apelo nobre destina-se ao estrito controle de legalidade dos julgados por ele desafiados, não se caracterizando como novo recurso ordinário apto a consertar eventual erro de julgamento decorrente de má percepção do suporte fático considerado pelo Tribunal local.

Desse modo, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mérito, deve-se ressaltar que a agravante tece várias considerações a respeito da presunção de liquidez e certeza da CDA – que deveria ser mitigada na hipótese –, bem como acerca da necessidade de sua substituição, decorrente de omissões existentes no título e da ilegalidade no percentual dos juros de mora incidentes sobre a dívida.

Todavia, verifica-se que, acerca dos temas supracitados, não houve a particularização de qualquer dispositivo de lei federal eventualmente violado – o que denota clara deficiência de fundamentação que implica a incidência da Súmula 284 do STF.

Com efeito, o exercício da função de harmonizar a jurisprudência acerca da legislação infraconstitucional, por esta Corte Superior, encontra-se estritamente vinculada às hipóteses previstas no art. 105, III, da CF/88, entre as quais reside a indicação expressa de dispositivo de lei federal supostamente violado pelas instâncias ordinárias; não bastando, para tanto, a simples menção de artigos legais envoltos à matéria discutida.

Aliás, esse é o pacífico entendimento do STJ sobre o tema, como se denota dos seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE NORMA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. ARTIGO DE LEI MENCIONADO A TÍTULO ARGUMENTATIVO.

FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE.

1. Inviável a abertura da via especial, a fim de alegar violação de norma constitucional, sob pena de supressão de competência do próprio STF, ainda que seja a título de prequestionamento, objetivando a interposição de recurso extraordinário.

2. A menção a artigo de lei a título de reforço argumentativo não autoriza a abertura da via especial, na medida em que não atende a requisito de admissibilidade do apelo nobre, qual seja, a indicação expressa da legislação federal violada. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.460.218/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 22/05/2019) (Grifos nossos)

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGOS DE LEI MENCIONADOS DE PASSAGEM NA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

1. Impossível o conhecimento do recurso pela alínea "a". Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. **A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto. Incide na espécie, por analogia, o enunciado n. 284, da Súmula do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".** Precedente: REsp. n. 1.116.473 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 02.02.2012.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.615.830/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018) (Grifos nossos)

Outrossim, tenho que a continuidade do executivo fiscal sobre a parte incontroversa da CDA baseou-se, também, na preclusão do direito da executada em discutir a referida tese, na medida em que a decisão agravada apenas ratificou comando judicial anterior no mesmo sentido, contra o qual não se insurgiu a executada .

A propósito, confira-se o seguinte excerto do acórdão (e-STJ fl. 258):

Por fim, a decisão ora atacada apenas ratifica decisão anterior que determinou o prosseguimento da execução fiscal após o afastamento dos juros ilegais cobrados.

Com isso, observa-se que a executada (agravante) não se insurgiu com o determinado pelo magistrado naquela ocasião, podendo se falar em preclusão com relação ao prosseguimento da execução fiscal com relação ao valor incontroverso.

Contudo, nas razões do recurso especial, a agravante não teceu qualquer argumentação capaz de refutar esse fundamento – o que atrai a aplicação da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do

Superior Tribunal de Justiça

RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator